



1 **Ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Controle Interno –**  
2 **CECI. Data:** 04 de novembro de 2015, às 14h00. **Local:** Sala de reuniões da  
3 Secretaria de Estado de Controle e Transparência, situada na Av. Governador  
4 Bley, 236, Ed. Fábio Ruschi, 8º andar, Centro, Vitória. Aos dezoito dias do  
5 mês de agosto de dois mil e quinze, às quatorze horas, reuniu-se o CONSELHO  
6 ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO – CECI, sob a Presidência do Sr.  
7 **MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER**, Secretário de Estado de  
8 Controle e Transparência e Presidente do Conselho, secretariado pelo servidor  
9 **RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA**, com a presença dos representantes dos  
10 órgãos participantes: Necton Roberto Caetano (membro suplente da ALES),  
11 José Adriano Pereira (membro titular do Tribunal de Justiça do Estado do  
12 Espírito Santo – TJES) e Simone Caliman Rangel (membro suplente do TJES).  
13 Também participaram da reunião o Sr. Luis Fernando Mendonça Alves,  
14 Subsecretário de Estado da Transparência, e a Sra. Valéria Alves de Brito  
15 (MPES). **I.** Foi declarada aberta a Sessão. **II.** Na ordem do dia, o Secretário-  
16 Executivo fez a apresentação da pauta da reunião. **III.** Em seguida, o Presidente  
17 do Conselho cumprimentou os demais membros e comentou sobre sua  
18 participação na capacitação promovida pelo Banco Mundial – BM na semana  
19 anterior em Brasília. Ele informou que o BM possui uma verba considerável para  
20 financiamentos no país. Porém, o Banco avalia que o controle interno brasileiro  
21 ainda carece de evolução, uma vez que encontra-se no patamar inicial de uma  
22 escala de eficiência que varia de 1 a 5. O BM avalia o controle interno brasileiro  
23 ainda no nível 1 e para que possa haver investimento do BM nos estados  
24 brasileiros e até mesmo na União será necessário avançar, ao menos, para o  
25 nível 3. Nesse sentido, o Banco Mundial fez a capacitação sobre o *Internal Audit*  
26 *Capability Model - IA-CM*, que vem a ser um modelo preconizado pelo IIA -  
27 *Institute of Internal Auditors* e que representa uma escala de excelência em nível  
28 internacional e que terá por finalidade identificar os fundamentos necessários  
29 para uma auditoria interna efetiva no setor público, conforme práticas adotadas  
30 pelos países onde o controle interno é efetivo. O objetivo da capacitação foi  
31 viabilizar uma ferramenta para que cada Estado possa fazer sua autoavaliação  
32 por meio da *Internet*. Cada estado ficará incumbido de revisar a autoavaliação  
33 de um estado e submete sua avaliação à revisão por de outro estado. O  
34 Secretário lembrou que somente Espírito Santo e outros dois estados enviaram  
35 seus controladores, sendo que os demais enviaram representantes. Finalizou o  
36 assunto informando que na próxima reunião do Conselho será feita uma  
37 apresentação básica do material do IA-CM, bem como do resultado da  
38 autoavaliação realizada pela SECONT. **IV.** Dando continuidade, a palavra foi  
39 repassada ao Secretário-Executivo que fez a leitura dos encaminhamentos da  
40 reunião anterior: a) Foram enviados em 24/08 para o e-mail dos membros do  
41 CECI os seguintes normativos: Portaria SECONT nº 006-r de 25/02/2015, que  
42 regulamenta as solicitações de auditoria (publicado no DIOES em 27/02/2015),  
43 Decreto nº 3845-r de 12/08/2015, que estabelece critérios para realização de  
44 análise prévia pela SECONT (publicado no DIOES em 13/08/2015) e a Proposta  
45 de Resolução sobre o Controle Interno elaborado pelo CNMP; b) Foi enviado



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - CECI**

46 convite para a palestra “A Sociedade no Acompanhamento das Contas Públicas”  
47 de Gil Castelo Branco, realizada em 15/09; c) Foi enviado convite para o  
48 seminário “Lei Anticorrupção”, realizado em 07/10; d) Foi enviado convite para  
49 participação na primeira turma do curso “Acesso à Informação: uma nova cultura  
50 no serviço público”, realizado de 13 a 16/10 na ESESP; e) Foi enviado informe  
51 sobre o novo Manual de Auditoria de Conformidade do TCEES; f) Foi enviado  
52 aviso sobre os novos membros da ALES no CECI; g) Foi enviado convite para a  
53 palestra “A Atuação da CVN na Prevenção e no Combate a Ilícitos Praticados  
54 por Administradores de Companhias Abertas”, realizada em 16/10. **V.** Dando  
55 prosseguimento, foi repassada a palavra ao Auditor do Estado e Coordenador  
56 da USCI da SEDU, Denis Penedo Prates, que fez a apresentação do Padrão  
57 Técnico de Auditoria – PTA para o objeto “Transporte Escolar”. A apresentação  
58 faz parte da estratégia de trazer aos conselheiros as iniciativas exitosas do  
59 controle interno dos órgãos membros. O auditor finalizou informando o trâmite  
60 adotado pela SECONT de encaminhamento de Relatório Preliminar até a  
61 geração do Relatório Conclusivo e Plano de Providências, o que se dá após a  
62 manifestação do órgão em relação às recomendações exaradas pela SECONT.  
63 Quando questionado se no processo de auditoria está previsto o  
64 encaminhamento do relatório ao TCEES, o Subsecretário da Transparência  
65 informou que nos casos onde a auditoria constata dano ao erário, é  
66 recomendado ao gestor observar, de forma imediata, o que estabelece as  
67 normas do TCEES, especialmente o art. 152 de seu Regimento Interno,  
68 aprovado pela Resolução TC nº 261, de 04 de junho de 2013 – Tomada de  
69 Contas. Finalmente, o Secretário da SECONT e Presidente do Conselho,  
70 concluiu o debate lembrando que a Lei Anticorrupção e o poder sancionador que  
71 a mesma trouxe ao controle interno tornaram-na um instrumento que fortalece o  
72 controle interno, especialmente em face da agilidade da aplicação de sanção. **VI.**  
73 Na sequência, o Secretário-Executivo deu início à leitura da ata da 9ª Reunião  
74 Ordinária do Conselho, que foi aprovada por unanimidade pelos membros  
75 presentes. **VII.** Em seguida, foi arguida a possibilidade de outros poderes  
76 utilizarem o Portal da Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo,  
77 uma vez que o TCEES vem notificando os órgãos pela ausência de requisitos  
78 relacionados à transparência. Neste sentido, o Subsecretário da Transparência  
79 informou que o problema de uma solução assim são as integrações, uma vez  
80 que o portal do Poder Executivo foi construído para que seja integrado aos  
81 sistemas utilizados pelo Estado, que são diferentes daqueles utilizados pelos  
82 demais Poderes. **VIII.** Encerramento: Esgotada a pauta, o Presidente agradeceu  
83 a presença de todos e declarou encerrada a sessão, às dezessete horas, do  
84 que, para constar, eu, **RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA**, Secretário-Executivo,  
85 lavrei a presente ata que, depois de conferida, vai assinada por mim  
86 \_\_\_\_\_, pelo Senhor Presidente e pelos demais presentes.

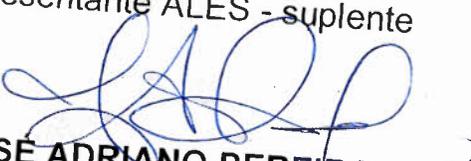
**MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER**  
Presidente

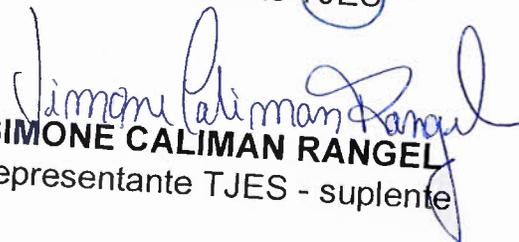


**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - CECI**

91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104

  
**NECTON ROBERTO CAETANO**  
Representante ALES - suplente

  
**JOSE ADRIANO PEREIRA**  
Representante TJES

  
**SIMONE CALIMAN RANGEL**  
Representante TJES - suplente